

## ■ O “estado de exceção” e a internação compulsória<sup>156</sup>

.....Ricardo Gomes

No conhecido livro “Estado de Exceção”, o filósofo italiano Giorgio Agamben discute logo no início da obra a relação específica e perturbadora que existe entre o direito e a política quando se vive em um *estado de exceção*:

*“as medidas excepcionais encontram-se na situação paradoxal de medidas jurídicas que não podem ser compreendidas no plano do direito, e o estado de exceção ao apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal. (...) a exceção é o dispositivo original graças ao qual o direito se refere a vida e a inclui em si por meio de sua própria suspensão” (Giorgio Agamben, Estado de Exceção, p. 11 e 12)*

O *estado de exceção* foi pensado e implementado pela constituição francesa, no século XIX. Contemporaneamente, próximo ao decreto de ‘estado de sítio’, não se confunde com este por aparecer como novo paradigma nos estados democráticos. Ele pode ser usado pelo gestor eleito como forma legítima de controle social, enquanto o ‘estado de sítio’ era utilizado nos estados absolutistas e previam a passagem do controle total para as forças militares<sup>2</sup>. De todo modo, há continuidades consideráveis entre os dois, como a ideia fundamental de um poder total de intervir radicalmente em todos os campos da vida da população. Sem entrar nos detalhes históricos do conceito, é importante ressaltar a adaptação feita pelos poderes constituídos dessa possibilidade de governança. Inicialmente desenvolvido em tempos de Guerra, o *estado de exceção* nunca deixou de ser devidamente conceituado como a forma exemplar de governo. Carl Smith, o grande teórico da Alemanha nazista, é o maior exemplo disso. Ele pensou o executivo como uma estrutura que deve sempre ter a última palavra, pois seu chefe (o *fuher*) encarnaria a verdade que forja todas as leis, ou nas palavras do mesmo, citado por Agamben, “aquele que decide sobre o estado de exceção”. Cabe lembrar, ainda a partir do filósofo italiano, que não foi somente nos estados onde a democracia não era estável que ele se desenvolveu como necessidade. A Suíça, em 1914, país neutro e com boa tradição

---

156 Este artigo só foi possível com a ajuda de Bruno Cava, Daniel de Souza, Ian Schuler e o apoio inspirador da Mariana Jaspe. Obrigado a todos pela leitura, compreensão e enriquecimento.

democrática não deixou de desenvolver sua própria teoria. Defendendo tais procedimentos, descreveu-o como algo implícito e necessário para a manutenção do Estado, a ordem e a segurança interna. Portanto, os efeitos do *estado de exceção* sempre foram bem mais extensos do que seu nome poderia supor, tratando de por a exceção constantemente dentro da governamentalidade como regra, seja por problemas bélicos, econômicos ou de ordenamento social interno.

Hoje, o *estado de exceção*, paradigma insubstituível da moderna gestão internacional das cidades, não é mais discutido como lei dentro da constituição de um país. Ele é a emancipação dos poderes constituídos em relação a construção minimamente problemática de leis (nas democracias modernas, a aprovação de um projeto de lei pode ser objeto de intensas disputas políticas e populares). A divisão dos poderes perde sua razão de ser e no lugar do parlamentarismo entra a governamentalidade como forma incontestada de arbitrar sobre as questões da cidade e de seus habitantes. Em um parlamento obediente e sem força popular, essa nova forma de gestão, que muitas vezes tem a mídia ao seu lado, se sente tranquila para se desenvolver.

Cabe agora dizer quais são estas possibilidades efetivadas nesta forma de governar e porque acreditamos que elas estão fortemente presentes na atuais gestões da prefeitura e do governo do estado do Rio de Janeiro.

As temíveis e, cada vez mais, presentes (e celebradas pelos poderes constituídos) possibilidades do estado de exceção são, em termos gerais, a criação de um campo onde a legalidade seja indiscernível e se possa flexibilizar as leis pelo bem da gestão e a legitimação e extensão do poder do gestor para, ao seu bel prazer, ser subserviente aos fluxos econômico. Essas duas vias se entrelaçam e efetivam na organização da cidade que melhor provenha ao desenvolvimento de tal fluxo e no enfraquecimento das respostas contrárias aos mesmos.

Essa maneira de governar é a formalização neo-liberal das novas composições de poder que atravessam a cidade e não permitem a politização popular. Ela quer se firmar como atravessamento total do poder econômico, além de criar formas de vida submetidas a este poder e conseqüente condenação e gestão de qualquer atitude desviante. Como disse Deleuze sobre os últimos trabalhos de Foucault, nos quais ele pensava cada vez mais as questões contemporâneas, saímos das sociedades disciplinares e entramos na sociedade de controle. Na era da 'comunicação instantânea' cria-se uma equação composta por diversas formas de controles que atuam em todo o processo de formação do sujeito. Variando entre a obrigação de uma constante formação técnico profissional, disseminação ideológica da nova empresa onde o que é mais importante é gerir sua vida de maneira a

obter os melhores resultados, criação de controles sutis que internalizam confinamentos (estamos todos confinados em casa, menos por conta da violência do que pela própria maneira como a comunicação e venda de produtos procede, ou ainda pela forma como os espaços coletivos são geridos), até o uso dos tradicionais confinamentos. Organiza-se uma forma de controle que persegue todas as aspirações rebeldes. Num processo constante de avaliação, somos sempre convidados a nos martirizar por nossa própria vontade, para o nosso próprio bem, criando assim um sujeito esvaziado de força viva, de pulsação inventiva. Pura subserviência e produtividade de capital. Certamente, a sociedade disciplinar não desaparecerá, mas perderá sua posição privilegiada.

Agora, não se trata mais somente de encarcerar, mas sobretudo de formalizar modos de existência submetidos aos mecanismos do *estado de exceção* e criar pequenos e apertados becos sem saídas, onde esses modos devem ser colocados como corretos e mais eficazes em busca do conforto e da felicidade. Além disso, essa formalização efetiva uma série de medidas que permitem o melhor acompanhamento das diversas atitudes desviantes, para destruí-las ou torná-las úteis. Logo, trataremos melhor disso.

Como prática concreta desta estratégia de poder, podemos citar o Choque de Ordem, projeto político cujo nome é bastante sintomático, pois visa organizar o espaço dito público de acordo com a frieza de leis elitistas e impopulares. Um exemplo disso é a perseguição aos trabalhadores informais, submetendo-os ao confronto violento com a guarda municipal e retirando dos espaços públicos todas as possibilidades de acolher as pessoas. No lugar dessas pessoas, entram propagandas, mobiliários e o vai e vem apressado e desencantado do cotidiano.

Outro projeto político, que demonstra claramente a força de exceção, é a política de remoção. Caminhando em paralelo com o projeto do governo do estado, numa atitude que não por acaso lembra a Alemanha nazista, técnicos da prefeitura chegam às comunidades de madrugada e marcam as casas que serão destruídas. Muitas vezes, isso acontece sem nenhum contato prévio com as famílias residentes. Portanto, sem nenhuma aceitação por parte das famílias. Num ato ilegal de puro comando e inviabilização da vida da população, a prefeitura age mais uma vez desarticulando o campo social em prol dos fluxos do capital que necessitam daquele espaço para seu melhor funcionamento.

Essas remoções acontecem devido às obras para a Copa e Olimpíadas e às intervenções no porto do Rio – obra chamada Porto Maravilha. No caso das remoções para as Olimpíadas, o exemplo maior é a comunidade da Vila Autódromo. Ela está ameaçada de ser totalmente removida mesmo depois da apresentação de

um projeto urbanístico assinado por diversos engenheiros, arquitetos e urbanistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esse documento prova que é possível a sobrevivência da comunidade, mesmo com a execução das obras.

Outro lugar onde o estado de exceção se dissemina nos mecanismos de poder no Rio de Janeiro, nesse caso especialmente na prefeitura, é no projeto de internação compulsória. Desarticulando, a priori, a possibilidade de criação e controle de si, os governos agem como pais autoritários ou como déspotas nada esclarecidos, tomando em suas mãos as rédeas de uma parte significativa da população. Ao invés de agir empiricamente sobre os usuários de drogas, o governo age de forma genérica, tentando desarticular todo o problema no qual a droga está inserida. Na maioria das vezes, este problema é anterior e possibilitador do seu uso.

Nesse contexto, a situação de miséria social não é atacada, e quando é, não resguarda a autonomia das pessoas. O que fica claro é o desejo de aniquilamento por parte do governo, que, fechado em um objetivo, não discute propostas e não leva em consideração exemplos bem sucedidos (como é o caso da cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, que fortaleceu sua rede de espaços e tratamentos alternativos, obtendo êxito no combate ao poder destrutivo do uso de drogas).

Na verdade é preciso fazer uma correção, o governo e sua política de internamento compulsório não funciona como velhos pais autoritários, esta é certamente a primeira imagem que temos. Ela não é totalmente errada, mas é insuficiente. O que está em jogo nesta política é uma racionalidade que controla, usa os desvios e escolhe quais ilegalidades devem ser combatidas. Criando um modelo de normalidade, tudo que fuja ou problematize este modelo será submetido a ação tutelar, num gesto que trata e pune de uma só vez. O poder, seus mecanismos e desejos, tem total liberdade na criação do modelo a ser seguido e no combate e uso de quem não seguir este modelo. Lembrando o Foucault de “Vigiar e Punir” que demonstra o papel exercido pela prisão, órgão que concentra em torno de si uma série de políticas e estratégias que investem em certas ilegalidades para o benefício do próprio poder constituído, podemos dizer que na atualidade existe uma estratégia disseminada que não tem mais um espaço físico central para concentrar sua racionalidade, porem criou uma série de mecanismos para que o poder pudesse ser exercido com toda sua força nos mais variados atos do cotidiano. Toda a sociedade deve passar por este necessário teste de adaptação a ordem estabelecida. Aqui podemos lembrar a psiquiatria preventiva, modelo de tratamento da saúde mental, desenvolvido principalmente nos Estados Unidos dos anos 1950 e 1960 do século passado. Numa amalgama da sociologia vulgar e da psicolo-

gia behaviorista, surgiu uma sociologia determinista e servil, que funcionaria para medir o grau de normalidade ou desvio dentro da sociedade. Estabelecendo uma fusão entre transtorno psíquico e inadequação social, anuncia o fim do hospício para fazer da vida um grande hospital. Assim, deve haver intervenção em toda sociedade de forma preventiva no intuito de amenizar possíveis efeitos negativos que os ‘inadequados’ poderiam efetivar.

Por diversos motivos, os usuários de crack, os temidos e odiados usuários de crack, são peças importantes nesta estratégia de controle social. Para desarticlar as possibilidades de junção da população mais pobre, o governo usa uma estratégia antiga que internaliza formas de vida desviantes como socialmente patológicas e indesejadas. Para desenvolver a impressão de controle do estado na ‘sociedade de bem’, o estado utiliza a violência como afirmação da necessidade da racionalidade implementada. Isso é feito para ‘limpar’ a cidade e reforçar um plano de privatização da saúde e assistência social, que se encontra cada vez mais forte, como podemos ver na tentativa de criação de uma empresa para gerir a saúde chamada “Rio Saúde”.

Nessa política, os usuários são tratados como sujeira a ser varrida. O governo usa o discurso “é necessário, eventos acontecerão”. A cidade estará aberta ao mundo a todo capital impessoal e devastador trazido por estes eventos. Não existe espaço para a ‘sujeira’ e qualquer forma de defesa será entendida como aparelhamento e entrave numa sociedade que quer progredir harmonicamente até uma saudável capitulação. Os usuários são transformados em animais, o outro da racionalidade, aquele que precisa ser violentamente apartado e no mesmo gesto controlado, cuidado. Um cuidado onde toda sua subjetividade seja moldada, onde só deve haver obediência, e, do plano geral de recolhimento e acolhimento forçado, ‘bons resultados’.

No momento, cabe ao menos uma pergunta: bons resultados para quem? A população não sabe nada sobre os usuários, não devem saber. Em última análise, se trata de, em algum momento, transformá-los em objeto de saber. Antes disso, não há discurso possível que saia de uma ‘cracolândia’. Claro, a mídia faz um discurso que forja uma positividade moral e social em toda ação do poder. Aqui chegamos num paradoxo contemporâneo em relação a ideia de atuação do governo. Todos diariamente pregam a sua negação, mas somente para afirmá-lo de maneira total. A negação do governo é recoberta pelo mais alto desejo de imposição, de verticalidade violenta. Ele só deve agir se for de forma absoluta, resolvendo pendências sociais sem deixar espaço para enfrentamento. Este é o pão vulgar que nos dão pra comer todos os dias. Após a intervenção total o governo

não pode mais gastar tempo com inadequados podres. É a vez dos bons órgãos privados trabalharem. Se trata então de competência técnica, não de política, por isso é fundamental que clínicas privadas tratem dos usuários.

Fica claro que o que existe é uma complexa utilização violenta e controlada dos usuários, que é legitimada e legítima a necessidade de gerir racionalmente e lucrativamente a cidade e desestruturar as atitudes desviantes. A política é vista como um mal para a nova cidade que quer ser fluxo ininterrupto do capital sem rosto e sem corpo, e que quer todos os rostos e todos os corpos.

Nessa cidade, não cabe um prefeito, cabe um síndico, que organizará da melhor maneira possível a geografia urbana para o capital. Tudo muito genérico e correto, sem política. A abertura total e re-acomodações necessárias parecem ser as atividades mais naturais de um homem que está no poder. É, na fala do cientista político, Carlos Wainer, 'a democracia direta do capital', que deixa claro o projeto totalizador desta prefeitura em diversos segmentos. Este tipo de 'democracia' não tolera aqueles que, não tendo outra opção, assumem os riscos de continuar a viver, de continuar persistindo do jeito que for possível. Há um sem números de depoimentos mostrando que muitas pessoas fazem uso do crack para contornar ou amenizar problemas concretos. Não é sem motivo que os pobres, os miseráveis, são a maioria dos usuários desta droga (droga que muito provavelmente não existiria se não houvesse uma política proibicionista possibilitando a manipulação de todo tipo de substância por partes de grupos tão interessados no lucro quanto os que condenam os usuários), numa paradoxal cruzada errática em busca de uma sobrevivência menos enloquecedora.

Hoje, inclusive, já sabemos os consideráveis efeitos econômicos que a implementação do projeto de internação compulsória acarretaria para várias clínicas particulares que tratam deste problema. Pode-se encontrar facilmente uma considerável quantidade de denúncias no *site* <http://www.rebomeg.com.br/p/crack.html>. Por isso, não podemos esquecer o quanto esta questão está ligada ao projeto de cidade gerido no Rio de Janeiro. É importante lembrar que durante a luta pela reforma psiquiátrica no Brasil ainda na década de 1970 do século passado, os grupos privados que detinham a grande maioria dos leitos dos manicômios usados pelo governo militar foram acusados de fornecer dados falsos na tentativa de manter o repasse público. Foi com muita luta política que os trabalhadores em saúde mental conseguiram demonstrar a falsidade destes dados e a necessidade de montar uma rede pública e progressista para o tratamento em saúde mental. Claro, eles não conseguiram tudo, mas avançaram sobretudo na criação da rede pública para todos.

## A ‘biopolítica’ das resistências

Aparentemente, estamos perdidos. Os fluxos econômicos gerenciam tudo e o prefeito age como locador do espaço urbano. Não há mais espaço para os posicionamentos em prol de uma cidade viva, que respire, reclama e tenta se criar?

Por sorte, não é bem assim. Este não é um poder somente negativo, ou somente repressivo, gestor e desarticulador do homem. Michel Foucault em “Segurança, Território e População” (1974) nos mostra aquele que é um dos conceitos-chaves na formulação da ideia de *estado de exceção* como hoje a entendemos, trata-se do

*(...)“biopoder’, isto é, essa série de fenómenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder.” (Segurança, Território e População, p. 1974)*

*Biopoder* é o conceito que visa dar conta da nova forma de governar a vida. Assim como no *estado de exceção* de Agamben, os mecanismos de poder e suas técnicas se espalham em toda a multiplicidade do mundo social, manipulando a vida das pessoas em sua espessura biológica, não apenas no seu tempo de trabalho, nem só encarcerando (característica das sociedades disciplinares) mas, sobretudo, induzindo e excitando as subjetividades aos interesses de cada mecanismo de poder e criando formas de controles sociais em todos os aspectos da formação do sujeito, sua relação com o trabalho, a educação, a saúde etc.

Diferente de Agamben, Foucault não tem um olhar catastrófico sobre o *biopoder*. Segundo Foucault, o trabalho agora é de negar o que somos. Este trabalho crítico de desconstrução só deve acontecer quando precedido ou acompanhado de um trabalho estético de criação da própria vida, de auto-invenção. Nos diz Foucault em “A Hermenêutica do Sujeito”, descrevendo modos de vida anteriores ao cristianismo:

*“ (...) trata-se de encontrar a si mesmo como fim e o objeto de uma técnica de vida, de uma arte de viver. Trata-se de encontrar a si mesmo em um movimento cujo momento essencial não é a objetivação de si em um discurso verdadeiro, mas a subjetivação de um discurso verdadeiro em uma prática e em um exercício de si sobre si.” (MICHAEL FOUCAULT, A Hermenêutica do Sujeito, p. 495)*

Temos aí uma prática que vislumbra o homem como espaço de produção de sua própria subjetividade e entende esta produção como ‘cuidado de si’, tra-

balho artesanal de feitura de um corpo e de uma alma. É preciso chamar atenção para o fato desta subjetividade não ser compreendida como algo individual, pois já é desde sempre e ao mesmo tempo relacional e singular. Ou seja, existe um nível onde se desenrola a sensibilidade e os afetos do corpo e outro onde se desenrola a política, por exemplo. Os dois níveis se relacionam mas não se confundem. Enfim, existe no trabalho de negar o que somos antes e durante uma positividade maior que é buscada na prática do ‘cuidado de si’.

Para além da pura receptividade impotente diante deste conjunto de métodos de controle, incluo nesse ‘cuidado de si’ aquilo que Deleuze chama de ‘traços livres’, no livro “Francis Bacon, Lógica da Sensação”, intensificando a possibilidade de uma estética de existência. Tratando do processo do pintor que dá título ao livro, Deleuze diz que na luta contra o clichê, Bacon primeiro reconhece que um papel nunca está em branco antes da pintura, depois diz sobre o rigoroso jogo com o acaso que é necessário fazer para chegar a uma pintura fora da representação:

*“O pintor tem uma ideia mais ou menos precisa do que ele quer fazer, e esta ideia pré-pictural basta para tornar desiguais as probabilidades. Existe portanto sobre a tela uma ordem de probabilidades iguais e desiguais. E é quando a probabilidade desigual torna-se quase uma certeza que eu posso começar a pintar. Mas, nesse mesmo momento, quando comecei, como fazer com que o que pinto não seja um clichê? É necessário rapidamente fazer “marcas livres” no interior da imagem pintado, para destruir nela a figuração nascente, e por dar uma chance à Figura, que é o próprio improvável. Tais marcas são acidentais, “ao acaso”; mas vemos que a mesma palavra “acaso” não designa mais as probabilidades, fala agora de um tipo de escolha ou de ação sem probabilidade<sup>5</sup>.”*  
(DELEUEZE, p. 97. 2002)

Se as ‘marcas livres’ negam as mais diferentes informações que aparecem sob um papel que nunca está em branco, podemos dizer que estas marcas são ao mesmo tempo diferenciadoras e afirmativas. Elas criam uma pintura nova, fora de todo clichê, uma pintura das forças.

Assim também é o ‘cuidado de si’ como produção de subjetividade. É a percepção que somos forçados pelo poder mas que devemos fazer aparecer as forças que nos constituí como forma de desviar disto e criar com estas forças um jogo livre onde poderemos usufruir de toda a sua potencialidade. Sigamos este traço e o surgimento de outros traços que funcionam como esforço material de autonomia dos corpos diante do poder. Estes corpos lutam, correm, fogem pelas ruas, excedem. Nessa fuga a vida é insistentemente reinventada. Pequenos grupos são

formados numa brava teimosia de quem não quer ceder e se transformar em mera proçetagem. Claro, não podemos cair num romantismo diante dessa fuga mas ela serve para apontar que outras formulações de convivência são necessárias, tanto no trato do usuário de drogas como em todas as nossas articulações coletivas. Ela serve para demonstrar que neste jogo perigoso mora um ‘de fora’ que pode desterritorializar os poderes e assim criar resistências primeiras e conseqüentemente outras formulações de poder. Por isso é importante lembrar que todo poder é resposta, resposta dessa força ‘de fora’ que vai destituindo as estratégias de poder.

Essa é toda força da *biopolítica*. Não anunciar a catástrofe e sim mostrar como os grupos que lutam com estas ferramentas contra os mecanismos e técnicas de poder se aproveitam do estado de coisas para promover suas lutas. Ou seja, reconhecer na excepcionalidade do *estado de exceção* um campo aberto para a luta, identificar os pontos positivos e produtivos da atual situação para criar lutas adequadas, em prol, claro, de uma liberdade desenvolvida a partir do materialismo das relações sociais. Portanto, não se trata de uma visão puramente oposicionista e pessimista, e sim, propositiva, celebrativa e viva, reconhecendo e atuando nas diversas lutas imanentes que atravessam a cidade. Há algum tempo existem grupos que agem dessa maneira. Cabe, então, se articular as todas as lutas em sua impenetrável multiplicidade.

Sem querer estender demais ou generalizar, focalizaremos no que interessa, a saber, a construção de espaços alternativos e vivos que visam o melhor encontro entre o usuário de droga com seu problema e os diversos acontecimentos que daí decorrem no sentido de salvaguardar sua vida (problema entendido aqui como especificidade de uma questão, e não de forma moralista e salvacionista, quando a vida do outro é transformada em objeto que necessita de uma intervenção exterior).

Portanto, não se trata de fechar os olhos para o poder destrutivo que pode haver no uso de drogas, mas saber que o uso da droga não é uma patologia e sim uma experiência entre outras. No tratamento de um possível mal uso, deve-se afastar o moralismo identitário da ordem que impossibilita o usuário de participar do processo da manutenção de sua vida e entender como o projeto de internação compulsória se encaixa numa tipo de governança específica, que destitui qualquer subjetividade desviante. Por isso, é fundamental reconhecer as alternativas concretas, saídas dos confrontos com este tipo de controle social.

Quando o saber pode se desenvolver de maneira materialista, construído por múltiplos discursos e práticas e para além dos mecanismos de poder, ainda que atravessando instituições, como no caso da Reforma Psiquiátrica, este saber,

como prática diferencial, gera uma série de novas formas para lidar com a complexidade dos problemas concretos que enfrenta os usuários de drogas e álcool. Isso sem ferir a autonomia, sem submeter a subjetividade e sem apagar o vínculo social da questão. Os Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) e sua política de redução de danos são o resultado disso. Trata-se de um local onde o problema é tratado de maneira coletiva e diversa, um grupo do qual o usuário faz parte sem ter que se submeter totalmente a tratamentos que acabam, na maioria dos casos, lhe violentando. Cabe ainda lembrar que este tipo de atendimento foi criado em conjunto com usuários e familiares (*Loucos Pela Vida, A Trajetória da Reforma psiquiátrica no Brasil, 2010*).

Assim é descrito o objetivo CAPS no *site* do Governo Federal (governo esse que, contradizendo-se<sup>7</sup>, hoje apoia a adoção do internamento compulsório fortalecendo o leviatã que tem sido tão útil aos mecanismos de estado de exceção que cresce no Rio de Janeiro):

*“Seu objetivo é oferecer atendimento à população, realizar o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.”*

Mais a frente continua:

*“o CAPS é o núcleo de uma nova clínica, produtora de autonomia, que convida o usuário à responsabilização e ao protagonismo em toda a trajetória do seu tratamento.*

*Os projetos desses serviços, muitas vezes, ultrapassam a própria estrutura física, em busca da rede de suporte social, potencializadora de suas ações, preocupando-se com o sujeito e a singularidade, sua história, sua cultura e sua vida cotidiana.”*

Estamos diante de um trabalho onde o usuário pode participar ativamente em tudo o que envolve a construção da sua melhor relação com o uso de drogas, mais uma vez nas palavras de Deleuze “Não é de comitê de sábios, comitê moral e pseudocompetente, que precisamos, mas de grupos de usuários” (*Gilles Deleuze, Conversações, p. 210*). Os resultados dos CAPS são os melhores na efetividade de seu projeto. A reportagem de Maria Luisa de Melo, no *Jornal do Brasil* do dia 01/11/2012<sup>7</sup>, demonstra com números da Organização Mundial de Saúde:

*“Os resultados obtidos com este tipo de tratamento no mundo, segundo a OMS, podem chegar a 35%. A internação (voluntária ou à revelia), por sua vez, no*

*máximo tem recuperado 10% dos pacientes. Outros 90% dos internados sofrem recaídas logo após a alta.”*

Esta informação não é um elogio desatento a uma suposta positividade objetiva da ciência, mas sim a demonstração de que a ciência também é um campo de lutas. Certamente, este é um enunciado com forte teor político, na sua construção e disseminação, pois se trata de conteúdo em disputa, como podemos perceber no caso da luta pela implantação da Reforma Psiquiátrica. Nada que é anunciado num órgão como a OMS deixa de passar por diversos conflitos epistemológicos, diplomáticos, econômicos e etc.

Na mesma reportagem a psicóloga Silvia Tedesco, com 20 anos de experiência neste tipo de tratamento, afirma:

*“O tratamento ambulatorial é comprometido com o resgate daquele ser. Há uma tentativa de resgate das relações familiares. É diferente do imediatismo de se internar todos os usuários de crack para limpar as ruas. A preocupação não tem que ser com as ruas, mas com as pessoas”*

Demonstrando a verdadeira preocupação da prefeitura:

*“O que se vê hoje na cidade do Rio é uma política de higienização. Só estamos discutindo o crack porque há usuários desta droga espalhados pelas ruas. Com a internação compulsória, a intenção é tirá-los da visibilidade. E isto não deveria acontecer, porque é ineficaz”*

Espaço discutido no Brasil ainda na década de 1970, mas só efetivado em 1987, o CAPS, que foi criado em meio a luta anti manicomial no Brasil ainda sobre ditadura militar com o objetivo de ser ‘mais um filtro de atendimento entre o hospital e a comunidade’, onde o usuário poderia ser tratado com diversos métodos psicoterapêuticos não tradicionais, mas efetivos como ‘atividades psicoterápicas, socioterápicas de arte e terapia ocupacional’ (*Loucos Pela Vida, A Trajetória da Reforma psiquiátrica no Brasil, 2010, p. 82*). Hoje, sofre com a possibilidade de se tornar um galpão de pessoas, sem nenhuma capacidade de atender a tamanha demanda, demonstrado a fraqueza institucional de tal ação. Podemos ainda citar o promotor Pacheco Alves, que na publicação da carta do Ministério Público do Rio de Janeiro contra a adoção da medida, analisa assim a atitude da prefeitura:

*“A atual prefeitura não fez um estudo sério até agora a respeito deste assunto. É muito chute. Já li reportagens na grande imprensa falando em 6 mil usuários de crack nas ruas. Em Brasília, quando reuniu-se com o ministro da Saúde, o*

*prefeito falou em 700 usuários de crack. Não existe um levantamento sério sobre os dependentes que precisam de cuidados”.*

O processo de produção da verdade do sujeito está sendo inviabilizado e, ao mesmo tempo, privatizado (o que no caso dá no mesmo), demonstrando que velhos hábitos retornam nas formas do poder constituído. Como na discussão sobre uma possível catequização dos índios pelos portugueses: primeiro, saber se há alma. Havendo, catequizá-la. No meio deste processo, que salva e sujeita, se livrar de alguns índios cuja alma ainda não foi confirmada não se configurará como erro. Agora o índio é o usuário de crack, sem direito a discurso e defesa. Esta não-alma também não é contabilizada.

Fica claro, portanto, que esta ação não está sozinha. Ela faz parte de uma forma de governar em prol do capital, que atua tentando desarticular todo o campo social múltiplo e intenso e suas diversas lutas e vitórias surgidas dos últimos anos, como no caso do CAPS e do tipo de tratamento que ele propõe. Por isso, cabe mais do que nunca, um enfrentamento materialista e pulsante contra as internações e arbitrariedades, a favor das pessoas, da cidade e dos projetos que agenciam as forças do ‘de fora’. O enfrentamento deseja uma vida que seja construída e usufruída por toda essa multiplicidade produtora. Essa multiplicidade é constituída por diversos coletivos, que agenciam a exceção não para o choro desesperado, mas sim para, parafraseando Bruno Cava em “Estado de Exceção e Esquerdismo” (<http://www.quadradosloucos.com.br/3097/estado-de-excecao-e-esquerdismo/>), a criação perpétua da liberdade e dos direitos diferenciadores, exercendo a potência de toda singularidade.

## Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. 2. ed. Editora Boitempo, julho de 2007.
- FOUCAULT, Michael. *Segurança, Território, População*, Editora Martins Fontes, 2008
- FOUCAULT, Michael. *A Hermenêutica do Sujeito*, Martins Fontes, SP 2006
- FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir*, Editora Vozes, SP 1987
- FOUCAULT, Michael. *O Nascimento da Clínica*, Forense Univesitária, RJ 1977
- FOUCAULT, Michael. *Microfísica do Poder*, Editora Graal, SP
- DELEUZE, Gilles. *Logica das Sensações*. Zahar Editora
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix, *O anti-Édipo*, Editora 34, SP 2010
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*, Editora 34, SP 2008

DELEUZE, Gilles. *Mil Platos*, v. I, Editora 34, SP 1995

Jornal do Brasil, 01/11/2012. Reportagem de Maria Luisa de Melo (<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/10/25/caps-combate-o-crack-de-forma-eficaz-sem-inter-nacao-compulsoria/>)

CAVA, Bruno *O Estado de exceção e o esquerdismo*, artigo publicado em –  
<<http://www.quadradosloucos.com.br/3097/estado-de-excecao-e-esquerdismo/>>

Site de saúde do governo federal: [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=29797&janela](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=29797&janela)

Site de informações sobre Saúde Pública da cidade do Rio de Janeiro  
[http://portal.saude.gov.br/saude/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=22233](http://portal.saude.gov.br/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=22233)

■..... **Ricardo Gomes** edita o *blog* “Pegar o Sol com a Mão”, milita no coletivo “Das Lutas” e na Assembleia Largo, uma assembleia popular e horizontal que se reúne todas as terças, no Largo do São Francisco, Rio de Janeiro. Colabora com a Universidade Nômade. Participou do Ocupa Rio e participa ativamente das manifestações de rua que se iniciaram em junho de 2013. Graduando em Filosofia pela UFRJ.